

O acesso aos arquivos romanos da Igreja Católica e a sua importância para a história de Portugal

PAULO F. DE OLIVEIRA FONTES* | PEDRO DANIEL FARIA MARQUES** | EDGAR FREITAS GOMES SILVA***

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2024.15944>

* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal
pfontes@ucp.pt

 <https://orcid.org/0000-0003-4134-3205>

** Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal
pdmарques@ucp.pt

*** Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal
s-efgsilva@ucp.pt

 <https://orcid.org/0000-0002-7068-7915>

I. História e memória: apresentação de um projeto

Paulo F. de Oliveira Fontes

A afirmação de que os arquivos históricos da Igreja Católica sediados em Roma têm uma grande relevância para o estudo da Igreja, do catolicismo e da sociedade portuguesa em geral, resulta de uma evidência empírica para qualquer historiador ou estudioso da realidade nacional. Tal relevância resulta nomeadamente de três fatores: 1) em primeiro lugar, da própria organização supranacional da instituição eclesial católica presente em Portugal, expressa aos seus mais variados níveis, incluindo a relação da Santa Sé com as diversas dioceses no país e com as diversas autoridades nacionais, quer ainda na perspectiva da vida interna das centenas de congregações religiosas, assim como da organização do mapa e pessoal missionário português presente em todo o mundo; 2) em segundo lugar, mas não menos importante, essa relevância advém das próprias iniciativas e políticas desenvolvidas pelo Papado ou pela Santa Sé, enquanto sujeito de direito internacional, presente e atuante no sistema político mundial; 3) e, por último, pelo peso histórico que a Igreja Católica teve e mantém na história do país.

A nível da formação graduada, a importância dos Arquivos e da Arquivística para a História, enquanto forma de saber, é um tema clássico de iniciação em qualquer curso universitário da especialidade ou mesmo da área das Humanidades e das Ciências Sociais em geral. No entanto, várias têm sido as transformações nesta área de trabalho, seja em termos de reflexão epistemológica, questionando as mais tradicionais designações (como a ideia de “arquivística histórica”, por exemplo), seja pelas mudanças significativas introduzidas a nível das ofertas de ensino e de formação graduada ou pós-graduada, seja ainda em termos da recente evolução nas formas de organização profissional existentes nesta área. Refira-se, a título ilustrativo, o facto de a associação profissional portuguesa BAD, anteriormente reconhecida na trilogia associativa pelo acrónimo de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, hoje responder pela nova designação de Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação.

De facto, a articulação do trabalho profissional no âmbito da arquivística e conforme à designada “ciência arquivística” (com as respetivas operações de preservação, organização, descrição e disponibilização da documentação ao público em geral) é hoje refletida no âmbito mais alargado das Ciências da Informação. Tal evolução resulta de uma tendência recente, visando responder a dois desafios: por um lado, à necessidade de promover uma visão mais integrada do trabalho desenvolvida pelas chamadas “instituições de memória” (arquivos,

museus e bibliotecas), na lógica da criação de sistemas integrados de informação; por outro, no desenvolvimento de processos de virtualização da informação, verificado na apresentação e disponibilização de conteúdos, permitido e acelerado pela chamada “transição digital”. Ao nível concreto e mais imediato da arquivística, há, no entanto, um conjunto de trabalhos de base que interessa sempre realizar, como condição básica para se poder pensar em formas mais avançadas de trabalho, nomeadamente no campo das hoje designadas “humanidades digitais”.

De um modo muito simplificado, podemos considerar que, no caso português, apesar do muito trabalho já realizado, há ainda muito mais por realizar, encontrando-nos ainda numa fase relativamente recuada destes processos, começando pela identificação, levantamento e sistematização das massas documentais existentes mais relevantes para o estudo não apenas da história portuguesa, mas de dinâmicas e processos de cariz transnacional ou mesmo global. Foi no sentido de contribuir para colmatar algumas dessas necessidades básicas que o Centro de Estudos de História Religiosa lançou um ambicioso programa de trabalho, no âmbito dos Arquivos e da Arquivística, incluindo várias frentes de trabalho, formas de organização e criação de instrumentos específicos, incluindo-se a criação da PAPIR- Plataforma de Arquivos Pessoais e de Instituições Religiosas, em 2015, e o lançamento da RAIR - Rede de Arquivos de Instituições Religiosas, em 2021.

De entre a diversidade de frentes de trabalho inclui-se precisamente a promoção da valorização, acessibilidade e estudo da documentação existente nos arquivos romanos. Essa preocupação tem orientado algumas iniciativas editoriais, concluídas ou em curso, e esteve mais recentemente na base da assinatura de um Protocolo com diversas instituições oficiais, procurando contribuir para tornar mais acessível aos investigadores portugueses documentação proveniente de arquivos romanos, em especial referente à época contemporânea.

É assim que, no dia 4 de dezembro de 2020, foi assinado um Protocolo de colaboração entre o Estado Português, mediante o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua Portuguesa, a Biblioteca Apostólica Vaticana e Arquivo Apostólico Vaticano, o Instituto Português de Santo António em Roma (IPSAR) e a Universidade Católica Portuguesa, mediante o Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), visando facilitar e apoiar o acesso de investigadores portugueses aos acervos documentais dos arquivos romanos. O referido Protocolo prevê a concessão anual de duas bolsas semestrais Fernão Mendes Pinto, da responsabilidade do Instituto Camões, pelo período inicial de 3 anos, para apoio a investigadores portugueses, em ordem à realização de missões de investigação nos arquivos romanos, ficando esses investigadores alojados nas instalações do IPSAR. O Arquivo Apostólico Vaticano garante e facilita o acesso dos investigadores aos arquivos e o UCP-CEHR assegura a coordenação científica do projeto.

Em pleno período de pandemia, a assinatura deste Protocolo decorreu, de forma digital, a partir de Lisboa e da Cidade do Vaticano, sendo o Estado português representado pela Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro, e as instituições do Vaticano por D. José Tolentino de Mendonça, na qualidade de Cardeal Arquivista e Bibliotecário da Santa Sé. Participaram ainda monsenhor Agostinho da Costa Borges, reitor do Instituto Português de Santo António em Roma, e Paulo Fontes, diretor do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, cossignatários do referido Protocolo. No ato, esteve ainda presente o Núncio Apostólico em Lisboa, Monsenhor Ivo Scapolo.

A partir do segundo semestre letivo de 2021/2022, com o fim das restrições de viagens internacionais impostas pela situação pandémica, foi possível desencadear o trabalho anteriormente previsto. Dois investigadores puderam já beneficiar de períodos de missão no referido Arquivo Apostólico, para aí realizar trabalhos de investigação, conforme os relatórios já produzidos e que adiante se publicam. De um modo geral, o seu trabalho consistiu na identificação e recolha de documentação relativa a Portugal, nos termos de um programa de trabalhos previamente acordado no UCP-CEHR. Com a dinâmica iniciada espera-se também contribuir para facilitar, em cronologias diversas, uma maior ligação dos projetos de investigação em curso no país com outras dinâmicas transnacionais centradas na ação dos papados e nas iniciativas e políticas da Santa Sé na época contemporânea.

II. Relatório de missão de trabalho (fevereiro de 2022 a janeiro de 2023)

Pedro Daniel Faria Marques

Introdução

Edward H. Carr, ao refletir sobre ‘*O que é a história?*’, define o momento de fabricação historiográfica como resultado de um processo contínuo de interação com as fontes, um permanente diálogo entre o presente e o passado, mediado pela observação analítica do investigador¹. As fontes são fundamentais para o trabalho do historiador, mas podem ser inócuas se este for motivado por uma curiosidade erudita ou uma avidez cumulativa, que obstaculiza a criação de um diálogo profícuo não apenas com a documentação, mas também com a comunidade científica que partilha a mesma missão.

Assim, cada passagem por um arquivo é uma oportunidade renovada de observar, refletir e dialogar com um tempo que, na maioria dos casos, já não existe, diferente do nosso, mas que revisitamos e analisamos, movidos por dúvidas, questões e problemas que pretendemos iluminar à luz dos elementos que nos foram deixados, recolhidos e conservados. Entrar num arquivo é mergulhar numa temporalidade própria, que apela à ponderação, e desafia a lógica da velocidade e do imediato com que tantas vezes os autores são confrontados pela urgência editorial. Esta reflexão inicial é-me sugerida quer pela investigação que realizei nos Arquivos da Santa Sé, durante estes últimos dois semestres, quer pela oportunidade de poder testemunhar de perto o imenso serviço que estas instituições prestam ao mundo da ciência e da cultura.

Desde 1881, quando o Papa Leão XIII tomou a decisão de abrir o Arquivo Secreto do Vaticano a todos os estudiosos – numa época em que a Santa Sé se via fortemente ferida e reduzida na expressão do seu domínio territorial, e estava *enclausurada* na colina do Vaticano – iniciou-se uma nova etapa no âmbito dos estudos da religião, política, cultura e historiografia. A viragem do século XIX para o século XX, se foi marcada por um ressurgimento da apologética católica em tantos âmbitos, foi também moderna e reformadora noutros aspetos, dos quais a abertura do Arquivo Secreto Vaticano foi um exemplo. O Arquivo deixou de ser um mero

1 «The historian and the facts of history are necessary to one another. The historian without his facts is rootless and futile; the facts without their historian are dead and meaningless. My first answer therefore to the question ‘What is history?’ is that it is a continuous process of interaction between the historian and his facts, an unending dialogue between the present and the past»: CARR, E. H. – *What is history?*. Londres: Penguin Books, 1990, p. 30.

acumulador de documentação, um simples repositório de fontes, separado pelo muro do secretismo, e transformou-se num lugar de encontro, reflexão e conversação. Como um *locutório* de um mosteiro, o arquivo tem uma disciplina própria e incute-nos um respeito venial que resulta da portada vastíssima do seu património. Mas, acima de tudo, é um lugar vivo, é um espaço que interpela ao diálogo e à partilha. Através da grade dura e fria do *tempo*, projetamo-nos para uma temporalidade que já não existe, observando o passado, e estabelecendo com as fontes um diálogo capaz de produzir conhecimento e responder às questões mais profundas do presente.

Neste sentido, e concentrando o nosso olhar sobre o tema desta partilha, é importante partir de uma necessária distinção. Quando falamos da *Santa Sé* ou *Sé Apostólica* (e não do ‘Vaticano’ ou da ‘Cidade e Estado do Vaticano’), falamos de uma realidade jurídica, institucional e de governo plurissecular que, nos seus variados organismos (de forma particular: o Papa, a Secretaria de Estado, o Colégio Cardinalício e os Dicastérios da Cúria Romana) desenvolveu uma profícua atividade a nível religioso, eclesiástico, político e social com as mais diversas realidades políticas e geográficas do mundo. É por isso que a Santa Sé possuiu vários arquivos que se foram constituindo de acordo com as atividades específicas desenvolvidas por cada um dos seus ofícios de governação ao longo das sucessivas épocas. Distinguir e conhecer esta realidade complexa de documentação é fundamental para uma melhor orientação no vasto oceano de fontes historiográficas da Santa Sé².

Plano de trabalho previsto

Este projeto de investigação enquadra-se no âmbito dos estudos de historiografia religiosa que analisam a relação entre a Igreja Católica, o Estado Português e a Santa Sé, na viragem do século XIX para o século XX. O arco cronológico escolhido para a nossa observação (1899-1932) coincide com o episcopado do Arcebispo D. Manuel Vieira de Matos, no Patriarcado de Lisboa, na diocese da Guarda e na Arquidiocese de Braga.

Neste sentido, o nosso plano previa, para a primeira parte da investigação (fevereiro a julho de 2022), a consulta do Arquivo Apostólico Vaticano (AAV) e, na segunda parte (setembro de 2022 a fevereiro de 2023), a consulta do Arquivo Histórico da Secretaria de Estado – Seção para a relação com os Estados e as Organizações Internacionais (fundo: *Affari Ecclesiastici Straordinari* - AAEESS). As linhas temáticas de orientação que definimos para a nossa pesquisa foram:

- a) A importância da formação do clero, educação integral das crianças e mobilização dos leigos para uma renovação da presença católica no espaço público na Arquidiocese de Braga após os efeitos da Lei de Separação (20 de abril de 1911);
- b) O papel decisivo dos ‘congressos católicos’ realizados na Arquidiocese de Braga, entre os anos 1915-1932, como instrumentos cruciais na afirmação do “reinado social de Jesus Cristo” – na linguagem dos protagonistas coevos –, e na promoção de uma renovada militância católica;

2 Neste sentido, aconselhamos a leitura de: SANFILIPPO, M. – Gli archivi della Santa Sede come fonti per la Storia d’Europa in età moderna. In SABATINI, G.; TURRIZIANI, S., ed. – *L’Archivio della Fabbrica di San Pietro in Vaticano come fonte per la storia di Roma*. Roma: Palombi, 2015, p. 187-205. SANFILIPPO, M. PIZZORUSSO, G., ed. – *Gli archivi della Santa Sede come fonte per la storia moderna e contemporanea*. Viterbo: Sette Città, 2001. PIZZORUSSO, G.; PLATANIA, SANFILIPPO, G. M., ed. – *Gli archivi della Santa Sede come fonte per la storia del Portogallo in età moderna. Studi in memoria di Carmen Radulet*. Viterbo: Sette Città, 2012.

- c) Outras temáticas relevantes para as investigações em curso no CEHR, como por exemplo: a criação da diocese de Vila Real e as reuniões episcopais em Portugal na passagem do século XIX para o século XX.

Atividades desenvolvidas

Durante o primeiro período da nossa investigação, frequentando o AAV, procurámos documentação referente às relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, no período entre 1861 e 1933. Com este objetivo, percorremos o fundo *Archivio della Nunziatura di Lisbona* (ANL) onde identificámos correspondência de D. Manuel Vieira de Matos com a Santa Sé, ou com o seu representante em Lisboa. Ao mesmo tempo, foi possível recolher uma série de documentos relevantes (relatórios do Núncio ou Encarregado de Negócios da Santa Sé, correspondência com outros bispos, etc.) que nos ajudaram a situar e interpretar as observações produzidas por D. Manuel Vieira de Matos e, ao mesmo tempo, a perceber de que forma era considerada e avaliada, à época, a sua ação pastoral e de governo.

Em segundo lugar, indagamos a documentação referente às reuniões episcopais realizadas em Portugal, na passagem do século XIX ao século XX. Esta recolha documental exaustiva (no seguimento de outras já realizadas, anteriormente, por outros investigadores do Centro de Estudos de História Religiosa-CEHR) permitiu identificar documentação diversa (atas, correspondência, relatórios, entre outros) que possibilitam uma análise profunda e detalhada sobre as questões mais importantes que marcaram as primeiras reuniões episcopais em Portugal no período contemporâneo. Para alcançar este desiderato foram consultados, além do fundo da Nunciatura Apostólica de Lisboa, os fundos da Sagrada Congregação Consistorial e da Sagrada Congregação para o Concílio - designadamente o fundo *Concilia*.

Ao mesmo tempo, identificámos documentação relevante sobre outros temas cruciais para a história religiosa portuguesa no período em consideração, como o caso da situação jurídica das Congregações Religiosas e o caso do exílio e substituição do Bispo de Beja D. Sebastião de Leite Vasconcelos (1852-1923).

Indispensável à formação de uma nova geração de católicos foram as grandes cerimónias e celebrações que se realizaram em Portugal, especialmente a partir dos anos 20 do século passado. Com o abrandamento da conflituosidade entre Igreja Católica e Primeira República, especialmente a partir do Sidonismo, e com a chegada de um novo regime político a partir de 1926, a Igreja Católica teve melhores condições para a realização de grandes eventos de massa, com acentuado efeito comunicativo, e que contribuíram para que o Catolicismo reocupasse o espaço público. Neste sentido, centramos a nossa observação nos diversos congressos católicos - nacionais ou arquidiocesanos - realizados em Braga, no período já referido. Percorrendo o fundo documental da Nunciatura Apostólica em Lisboa, do AAV, foi-nos possível identificar uma vasta documentação que nos ajuda a observar a importância destes eventos e o modo otimista e auspicioso com que a Santa Sé os “abençoava” e promovia (cfr. AAV, ANL, 425; 437). Ao mesmo tempo, a nossa investigação permitiu individuar alguns documentos que ilustram a importância do Pe. Abílio Gomes Correia neste processo (AAV, ANL, 425) e o Santuário do Sameiro, como forte espaço de celebração e exaltação do Portugal católico até à afirmação do Santuário da Cova da Iria que, paulatinamente, ocupará o lugar de principal santuário nacional (cfr. AAV, ANL, 258; 298; 315; 332).

Muita desta documentação identificada foi reproduzida digitalmente pelo AAV e adquirida pelo UCP-CEHR, permitindo, desta forma, o acesso mais imediato aos investigadores portugueses que necessitem de consultar estas fontes. Dada a limitação de espaço do relatório, elencam-se algumas das unidades documentais que identificamos:

AAV, ANL, 346 (1) – «Questione religiosa, Centro Nazionale, Correo Nazionale»;

AAV, ANL, 355 (2) – «Al Nunzio e al Santo Padre (1904-1905)»;

AAV, ANL, 355 (BIS) – «Giubileo della Definizione dell'Immacolata Concezione (1904)»;

AAV, ANL, 362 (2) – «Documentação sobre o Bispo de Beja e retirada da candidatura do Cónego Vasconcelos»;

AAV, ANL, 422 (2) – «Sobre a nova Diocese de Vila Real»;

AAV, ANL, 433 (3) – «Sobre a nova Diocese de Vila Real»;

AAV, Congregazione Consistorialis – «Relationes Diocesium»;

AAV, Segreteria di Stato, Buste Separate, Caixa 95 – «Sacra Congregazione per la revisione dei Concili Provinciali».

Na segunda parte do trabalho, dedicámos o nosso tempo à consulta documental do acervo do AAEES que contém documentação relativa às relações da Santa Sé com os Estados através das Nunciaturas. O fundo da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários³ é indispensável para o estudo da relação Igreja e Estado no Portugal moderno e contemporâneo e no qual conseguimos relevar um conjunto de documentos muito úteis para a análise da situação religiosa e política em Portugal na passagem do século XIX para o século XX e na transição do regime monárquico para o regime republicano.,

A título de exemplo, citamos as diversas instruções enviadas pela Santa Sé aos Núncios Apostólicos Gaetano Aloisi-Masella (1826-1902), Vincenzo Vanutelli (1836-1930) e Domenico Jacobini (1837-1900) e os respetivos relatórios que cada um deles devolveu a Roma. Salientámos, ainda, diversos documentos referentes ao «Estado dos Seminários em Portugal (1892)», «Nomeações Episcopais», «Situação dos Cabidos e Colegiadas», «A situação da Imprensa Católica (1895)», o «Estado das Ordens Religiosas em Portugal (1894)», e a criação do «Centro Nacional (1902)».

Foi possível observar que a referida Congregação não se preocupava, exclusivamente, com as questões de foro estritamente político na relação entre a Santa Sé e os vários Estados. É verdade que, consultando a *positio* das diversas reuniões deste Dicastério acerca da situação da Igreja em Portugal, entre 1899 e 1932, encontramos como temas predominantes: a difícil situação das dioceses portuguesas no final da monarquia constitucional, as consequências da Lei da Separação (11 de Abril de 1911), a situação dos bispos e a preocupação com a fundação de um partido católico que defendesse, em sede parlamentar, os direitos e interesses dos católicos e da Igreja (Centro Católico).

3 A Sagrada Congregação para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários foi instituída por Pio VII em 1814 e durou até meados do século XX (foi extinta na reforma da Cúria de 1967). Foi um órgão consultivo de extrema importância para os pontífices no processo de análise e resolução de variados problemas morais, espirituais, disciplinares e de política eclesial em vários Estados nos quais a Igreja estava presente.

No entanto, à mesa de discussão deste importante organismo de governo da Igreja, chegavam outras questões também relevantes para se compreender o processo de transformação vivido pela Igreja em Portugal, na viragem de século.

Em primeiro lugar, a existência de um partido político que defendesse os interesses dos católicos em Portugal, no fragmentado e instável espectro político, não significava que os católicos estivessem unidos à sua volta. Na verdade, existiam grandes divergências entre católicos e monárquicos, que não eram capazes de se unir numa ação consertada em oposição aos partidos de matriz republicana. Essa tensão latente tornava-se evidente nas disputas que deflagravam nos jornais representativos de cada uma das partes: o jornal «A Época» orientado por Fernando de Sousa, crítico da ação do Episcopado alinhado com o *ralliement* proposto por Bento XV à Igreja portuguesa; e o jornal «Novidades», órgão oficial do Centro Católico Português, dirigido por António Lino Neto, e apoiado pela quase totalidade do episcopado nacional. Esta fratura no tecido católico ocupa uma série importante de fascículos (cfr. AAEES, IV, 311 P.O., ff. 9-17) e permitem compreender como era difícil, mas ao mesmo tempo urgente, a formação de uma nova geração de católicos, que independentemente das suas opções políticas, se comprometesse com um programa de defesa e promoção do catolicismo no espaço público e político português.

Assim, no mesmo fundo arquivístico, encontramos os primeiros esboços dos pedidos do episcopado lusitano para a criação de uma Universidade Católica em Portugal já nos finais dos anos 20 (cfr. AAEES, IV, 363 P.O., ff. 9-17).

A importância da formação católica (clerical e laical) estava também na base da criação de novos movimentos e associações, como os Centros de Catequese e o Corpo de Scouts Católicos Portugueses. No entanto, a prossecução deste desejo de uma renovada formação exigia, igualmente, uma reorganização territorial e geográfica de algumas realidades diocesanas mais complexas, como foi o caso da Arquidiocese de Braga, em 1922. A enorme extensão da Arquidiocese tornava muito difícil a concretização de uma ação pastoral centralizada e eficaz, pelo que a criação da Diocese de Vila Real, em 1922, (como já tinha acontecido com a restauração de Leiria, em 1918) é um dos sinais de uma renovação pastoral que se exigia (cfr. AAEES 309-310 P.O.; 360; 671; 713; 759).

Por fim, procuramos, ainda, dirigir a nossa atenção noutro arquivo romano complementar para a nossa investigação - o Arquivo histórico do Pontifício Colégio Português, em Roma, uma instituição que, desde 1900, assume um papel vital na formação académica de eclesiásticos portugueses, especialmente os que se dedicarão à formação do clero nos seminários em Portugal. Durante o episcopado egitanense de Manuel Vieira de Matos foram enviados para Roma 4 sacerdotes, que se formaram em Teologia, Filosofia e Direito Canónico, no período compreendido entre 1904 e 1913. Posteriormente, no seu episcopado bracarense, foram enviados 10 sacerdotes, no período entre 1915 e 1933, que se especializaram nas áreas já referidas anteriormente. Além da consulta dos *Processos de Antigos Alunos*, APCPR, Caixa C-002/001, consultámos outra documentação (Caixa B-002/010 e Caixa F004/002), que nos permitiu identificar as grandes dificuldades económicas enfrentadas quer pela Instituição quer pelos Prelados portugueses na angariação de fundos para a mesma, liderando dioceses já profundamente desamparadas patrimonialmente após a Lei de Separação de 1911.

Primeiras conclusões

Ao concluir o nosso projeto de trabalho podemos constatar, em primeiro lugar, a identificação de uma vasta série documental relevante para o estudo das reuniões episcopais no período analisado. Ao mesmo tempo, conseguimos recolher informação e documentação para um estudo do episcopado de D. Manuel Vieira de Matos e para a análise das suas iniciativas pastorais, especialmente os Congressos Católicos e os vários Movimentos e Associações que mobilizaram o catolicismo, criando um forte sentimento de militância, e que foram elementos que contribuíram para a criação da Ação Católica em Portugal (1933).

Por outro lado, será importante a continuação da análise da vasta documentação existente nos Arquivos da Santa Sé, uma vez que é fundamental para uma compreensão mais objetiva e rigorosa das posições e pronunciamentos dos Pontífices e das várias Congregações da Santa Sé relativamente à situação política e religiosa em Portugal. Não só para colmatar uma notada ausência de documentos nos arquivos diocesanos relativos ao período em análise, mas também porque permite conhecer sob que perspetiva a Sé Apostólica analisava a situação em Portugal e a partir de que informações pensava e se movia. A identificação destes documentos e a partilha destas referências com o CEHR são um contributo inegável para o desenvolvimento de projetos de investigação e estudo da realidade portuguesa na idade contemporânea. Temas como a questão religiosa na Primeira República, as Congregações e Ordens Religiosas, as reuniões episcopais, a posição da Santa Sé relativamente ao regime republicano e as divergências de opinião com o episcopado português são alguns exemplos de áreas de estudo que merecem ser revisitadas e lidas com a ajuda destes novos documentos.

Por fim, e porque o Arquivo da Nunciatura de Lisboa do AAV é rico de dados e elementos quantitativos sobre a época em análise, é nossa expectativa que alguns desses relatórios possam ser objeto de estudos interdisciplinares no âmbito da história social e cultural que ajudem a enriquecer a compreensão do país e da sua realidade multifacetada num período tão complexo da história de Portugal.

Acreditamos que esta dinâmica colaborativa e dialogante é fulcral para o sucesso de um centro de investigação e para a qualidade da sua produção historiográfica. Desta forma, os Arquivos da Santa Sé, enquanto espaço privilegiado de cultura e reflexão, continuarão a ter muito para dizer à investigação e historiografia religiosa portuguesa, e esta dinâmica desenvolvida pelo CEHR continuará a ser de enorme mérito para manter aberto, e cada vez mais próximo, este importante canal de comunicação entre a Santa Sé e Portugal.

III. Relatório de missão de trabalho (fevereiro de 2023 a julho de 2023)

Edgar Freitas Gomes Silva

Introdução

O objetivo central do projeto de pesquisa aprovado visava a concretização de um plano de trabalho no Arquivo Apostólico Vaticano e na Biblioteca Apostólica Vaticano, desenvolvendo um programa de investigação semestral em Roma, dando prioridade, designadamente, ao Arquivo da Nunciatura de Lisboa, no pontificado de Pio XII.

Da documentação da Nunciatura de Lisboa será especificamente considerado o fundo Nunziatura Pietro Ciriaci (1934 – 1954), recentemente aberto a consulta.

Plano de trabalho previsto

As novas fontes disponíveis com a abertura aos investigadores de boa parte dos fundos relativos ao pontificado do Papa Pio XII facultam informação que contribuirá para o aprofundamento da compreensão da história contemporânea.

O anúncio apresentado pelo Papa Francisco, em março de 2019, de que estariam abertos, a partir de março de 2020, os fundos relacionados com o pontificado de Pio XII (1939 – 1958) lançou novas possibilidades de pesquisa. A par do *Archivio Apostolico Vaticano* (AAV), tornaram-se ainda acessíveis outros arquivos como o *Archivio Storico della Segreteria di Stato*, na Secção dedicada às relações com outros Estados *Rapporti con gli Stati* (ASRS), o *Archivio Storico de Propaganda Fide*, o *Archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede*, o *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI) e do *Istituto per la storia dell'Azione católica e del movimento cattolico in Italia - Paolo VI* (ISACEM).

Tratando-se de uma vastíssima e heterogénea massa documental agora aberta aos investigadores, importaria fazer opções específicas quanto ao objeto e âmbito da pesquisa a realizar. Neste sentido, selecionámos as temáticas e as matérias que, no arco temporal do pontificado de Pio XII, poderiam ter relação mais direta com Portugal. E, de entre aquelas, demos prioridade ao fundo da Nunciatura de Lisboa, com as necessárias conexões com outros fundos do mesmo período, pelo que constitui de objeto de estudo e de meio para a melhor compreensão da sociedade portuguesa e da nossa história contemporânea. Necessariamente, procurando as possíveis articulações das fontes vaticanas com outros arquivos e cruzando a sua interpretação com bibliografia mais relevante.

Para além da informação acerca da vida interna da Igreja Católica, da sua organização, das suas atividades na relação com cada diocese, das instituições e dos movimentos católicos, a importância destes fundos vaticanos, agora acessíveis, comporta maior alcance não só no que se reporte, em particular, à sociedade portuguesa, mas também pelo que disponibiliza de documentação acerca das políticas internacionais, da relação do Vaticano com outros Estados, designadamente, no quadro da história diplomática, das relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo em Portugal. Inclui vasta informação sobre determinadas personalidades, crenças e não crenças, sobre correntes de pensamento e discursos das ideologias, sobre dinâmicas políticas, sociais e culturais protagonizadas por sectores católicos, e não só, em vários países, entre os anos de 1930 e de os anos de 1950, para além de tudo quanto de complexidades hermenêuticas comporta para a historiografia da Segunda Guerra Mundial.

Atividades desenvolvidas e constrangimentos verificados

No labirinto romano, à formalização de contactos institucionais inerentes à investigação pretendida somaram-se contactos informais com investigadores conhecedores das culturas institucionais em causa ou com experiência de pesquisa arquivística no Arquivo Apostólico Vaticano.

Outra tarefa decisiva, e desenvolvida na primeira fase do trabalho, entre os meses de fevereiro e março de 2023, foi a recolha e a consulta de referências bibliográficas básicas e propedéuticas do trabalho de investigação a empreender.

No Arquivo Apostólico Vaticano tornou-se incontornável uma primeira familiarização com os índices de consulta e com os catálogos documentais que nos haveriam de conduzir na pesquisa a empreender.

Considerámos, de entre o Arquivo Apostólico Vaticano, o fundo da Nunciatura de Lisboa, no tempo em que foi Nuncio Apostólico Pietro Ciriaci (1934- 1954)⁴, cujo inventário foi concluído em 2019, num trabalho arquivístico de Gianni Venditti⁵.

Neste âmbito, foi nosso propósito, num percurso que se intensificou a partir de março de 2023, através de uma incursão por cada uma das secções, por cada uma das caixas, e fascículo a fascículo, construir uma primeira cartografia da documentação existente, da diversidade das questões e dos conteúdos que poderão ser trabalhados por outros investigadores. Procurámos localizar aqueles que poderiam ser documentos indicativos, sem que substituíssem outras consultas de arquivo, eventualmente úteis para quem se proponha aceder ao fundo Nunziatura Pietro Ciriaci (1934 – 1954).

Primeiras conclusões

Depois de realizado um primeiro trabalho de delimitação em arquivo do fundo objetivado no âmbito do nosso projeto de investigação, foi possível apurar que a documentação da pesquisa é composta por 49 volumosas caixas, cada uma delas com diversos fascículos, cuja dimensão é variável quer quanto ao número dos fascículos, quer no seu tamanho, classificados por unidades temáticas, cronologias e pelas correspondentes áreas territoriais das dioceses de origem.

Adotando as orientações apontadas pela Santa Sé, a Nunciatura de Lisboa classificou toda a sua documentação em XIV Secções temáticas. Para uma análise mais específica dos conteúdos de cada uma daquelas secções tornou-se mais esclarecedor analisar no Arquivo Apostólico Vaticano especificamente o Índice 1161 IV pelo que permitiu de abordagem detalhada do catálogo e das matérias distribuídas por cada Secção do Fundo Nunziatura Pietro Ciriaci (1934 – 1954).

Das XIV Secções do Fundo Nunziatura Pietro Ciriaci (1934 – 1954), ao longo desta primeira metade do nosso projeto de investigação no Arquivo Apostólico Vaticano já foi possível concretizar a consulta das caixas [“buste”] 588 a 622. Ou seja, foi realizado o mapeamento da documentação das Secções I a VII, e o correspondente registo numa base de dados.

As Secções I [caixas 588 – 593], II [caixas 594 – 598] e III [caixas 599 – 603] tratam de informações acerca do Papa, da organização e iniciativa da Santa Sé, reúnem documentação acerca da nomeação e início de funções do Nuncio, sobre o funcionamento, orgânica, meios humanos, logísticos e operativos da Nunciatura, encargos a serem exercidos enquanto agentes pontifícios em Portugal, o tratamento de questões relativas a ofertas, legados, subsídios e ajudas monetárias destinadas ao Papa e à Santa Sé, assim como também documentação sobre a evolução das formas de relacionamento processual entre a Nunciatura e a Santa Sé.

As Secções IV e IV(A) [caixas 604 – 605] integram os documentos acerca da comunicação com as Congregações Romanas, Tribunais e Ofícios. Nestas caixas e seus fascículos

4 Pietro Ciriaci nasceu em Roma, a 2 de dezembro de 1885, e morreu em Roma a 30 de dezembro de 1966. Foi nomeado Nuncio Apostólico para Portugal a 19 de janeiro de 1934, onde exerceu funções até 20 de janeiro de 1953, passando depois a ser cardeal em Roma com diversas nomeações para Comissões Pontifícias.

5 ARCHIVO APOSTOLICO VATICANO – *Archivio della Nunziatura Apostolica in Lisbona*. Índice 1161 IV (buste 588 – 637).

estão coligidos os relatórios e informação pormenorizada sobre os Seminários, a comunicação com o Dicastério para os Seminários de Portugal e os processos de reforma dirigidos pela Congregação dos Seminários. Somam-se ainda elementos documentais acerca do Colégio Português em Roma e sobre o Colégio dos Inglesinhos.

A Secção V [caixas 606 – 607] constitui uma inserção no contexto político português, contendo informação sobre a relação com a Presidência da República, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros do governo português e com o corpo diplomático, com documentação da relação diplomática entre a Nunciatura de Lisboa, a Secretaria de Estado, o Estado português e outros Estados com representação em Lisboa. Surge documentação quanto à redação e aprovação da Concordata (assinada em 1940 entre o regime do Estado Novo e a Santa Sé), e desta Secção fazem parte os relatórios do Núncio para a Secretaria de Estado com a caracterização do quadro político, de candidaturas e de candidatos, do panorama dos oposicionismos ao regime de Salazar, do papel dos católicos e da Igreja Católica em Portugal em face das eleições (Eleições para a Assembleia Nacional 1953; Eleições para a Câmara Cooperativa 1953).

As Secções VI [caixas 608 – 617], sobre as Dioceses de Portugal Continental e Insular, e VII [caixas 618 – 622], sobre as Dioceses Ultramarinas, reúnem uma base documental crucial para o conhecimento acerca da Igreja Católica em Portugal e para a compreensão de realidades concretas das dioceses portuguesas, contemplando matérias relevantes como, por exemplo, processos de designação de bispos diocesanos, informações sobre possíveis candidatos e correlativa intervenção do Núncio, ou ainda as versões e opiniões de diferentes interlocutores sobre conflitos, denúncias ou polémicas locais, chegadas à Nunciatura e à Cúria Romana. São de destacar ainda os documentos reunidos nestas Secções sobre a Igreja em Portugal e a ação missionária nas chamadas “Dioceses Ultramarinas”, os Organismos Missionários e as autorizações requeridas pelo Estado português e necessárias à deslocação de missionários de outras nacionalidades para as Missões portuguesas em África, em particular, durante os anos de 1940.

A Secção VIII [caixa 623] agrega documentação crucial em relação à missionação nas colónias de Portugal, quanto à estruturação do estatuto jurídico das Missões na decorrência da Concordata e do Acordo Missionário de 5 de abril de 1941. Esta é uma parcela arquivística fundamental para a historiografia da Ação Missionária, para a contextualização dos processos de inserção das corporações missionárias, dos primórdios e meandros das questões administrativas, organizativas e funcionais das Missões Católicas entre 1935 e 1953, assim como também para o estudo de conflitualidades que se agudizaram entre a Igreja Católica e o Governo de Portugal, de sobremaneira, pelo ano de 1946, a propósito do envio de missionários para as colónias e em relação à atividade missionária.

A Secção IX [caixas 624 – 625] dedica-se às Ordens e Congregações Religiosas, e a este propósito, contém correspondência, processos e outra documentação que trata das relações com Congregações Romanas, Bispos de Portugal e a Nunciatura de Lisboa sobre as conformidades das comunidades monásticas, conventuais e novos institutos de vida consagrada, tanto femininas como masculinas, das quais reúne relatórios elaborados por superiores e informações estatísticas sobre as suas evoluções, apuramento de factos, de questões de moralidade e disciplina. Esta base documental é de relevante importância para a história de cada uma das Ordens e Congregações Religiosas existentes em Portugal ou criadas nas duas décadas abarcadas pelo período do Núncio Pietro Ciriaci.

A Secção X [caixas 626 – 627], intitulada “Questões Político Religiosas”, versa sobre a situação política em Portugal, as etapas do Estado Novo e suas contradições. Enquanto na “caixa 626” estão reunidas informações, dossiers de imprensa e relatórios para a Secretaria de Estado sobre acontecimentos mais marcantes do regime de Salazar, a que se somam orientações da Santa Sé e do Estado Vaticano, com disposições para o Núncio para a condução de alguns processos ou iniciativas diplomáticas, a “caixa 627” reúne correspondência da Nunciatura com a Secretaria de Estado, com congregações romanas e com bispos portugueses, sobretudo, acerca de questões políticas e diplomáticas de maior complexidade processual: a ultimização do texto da Concordata e sobre reformas dela decorrentes (1940 – 1946) e relativamente ao reconhecimento do estatuto de “Corporação Missionária” e à superação de dificuldades institucionais na atividade missionária nas Colónias.

A Secção XI [caixas 628 - 631] contém documentação que contribuirá para o aprofundamento do estudo sobre a Ação Católica e a sua internacionalização, para a interpretação dos diversos movimentos, das suas reconfigurações e formas de estruturação e realização de atividades, entre 1934 e 1953. Para além Ação Católica, esta secção agrega correspondência e relatórios resultantes de Organizações Internacionais Católicas, como também sobre a iniciativa protagonizada pela representação católica em diferentes organizações internacionais, como, por exemplo, na UNESCO, na Organização Mundial de Saúde, na Organização Internacional do Trabalho ou na Cruz Vermelha Internacional.

São de notável interesse histórico neste Arquivo os dados e informações no que concerne à organização internacional da obra católica da caridade, no tocante à estruturação do socorro às vítimas da guerra e no que diz respeito ao que será a “Caritas Portuguesa” (1944 – 1953).

Esta secção incorpora correspondência da Nunciatura com a Secretaria de Estado, organizações nacionais e internacionais, em referência a congressos, celebrações e eventos diversos.

Na Secção XII [caixa 632] está incluída a correspondência entre a Nunciatura de Lisboa e a Secretaria de Estado, e com governantes de Portugal com relação a distinções e à atribuição de títulos honoríficos pontifícios.

Com uma correlação a outros fundos abertos, recentemente, pelo Arquivo Apostólico Vaticano aos investigadores sobre a ajuda a refugiados e a presos políticos, a Secção XIII [caixas 633 - 634], titulada “Refugiados”, compreende, no que também diz respeito ao envolvimento católico na “rota de Lisboa”, documentação sobre a assistência prestada às vítimas da guerra, durante e depois da II Guerra Mundial, que contribuirá para a elaboração de novas chaves interpretativas quanto à ação da Igreja Católica e, em particular, de Pio XII e da Santa Sé no desenvolvimento da diplomacia multilateral para salvar vidas de refugiados da guerra.

Por último, a Secção XIV [caixas 635 – 637] engloba documentos fora de registo, documentação menos específica, com informação diferenciada relativa à Nunciatura de Lisboa.

Assim, poderemos concluir que, de facto, foi realizada a programada pesquisa de arquivo e o registo sistematizado da documentação consultada, foi reportado ao UCP-CEHR o registo classificado daquela documentação, os resultados e cruzamento de dados das fontes, assim como está a ser apresentado o relatório final deste projeto. E faremos por publicar um artigo científico que valorize a pesquisa efetuada no quadro das parcerias desenvolvidas através deste programa, completando, deste modo, os objetivos do projeto.